



**PARECER PRÉVIO Nº 9/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11084/2014.**

**Apenso(s):** Processos nºs 10527/2014, 10578/2013, 10629/2013, 11269/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Itapiranga.

**4- Responsável:** Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, Prefeito Municipal, à época.

**5- Exercício:** 2013.

**6- Advogados:** Fabio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM nº 4331 e Tabatta Lorena Coelho Guimarães - OAB/AM nº 7789.

**7- Unidade Técnica:** DICREA, DICAMI, DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3161/2015 – MP- EMFA– da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fl. 3111/3118).

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itapiranga. Exercício de 2013.

*Emissão de Parecer Prévio recomendado a desaprovação das contas anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a fazer parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio Desfavorável** às Contas da Prefeitura Municipal de Itapiranga, referente ao exercício 2013, de responsabilidade do **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Estadual nº 2423/96 (Lei Orgânica TCE/AM) e art. 3º, III, da Resolução nº 09/97-TCE;

**11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 08 de Março de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente em substituição

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 9/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**Parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2018 – TCE – Tribunal Pleno**  
**(Decisório retificado nos termos dos §§4º, I e 5º do art. 160 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM)**

**1- Processo TCE - AM nº 11084/2014.**

**Apenso(s):** Processos nºs 10527/2014, 10578/2013, 10629/2013, 11269/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Itapiranga.

**4- Responsável:** Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

**5- Exercício:** 2013.

**6- Advogados:** Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM nº 4.331.

**7- Unidade Técnica:** DICREA, DICAMI, DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3161/2015 – MP- EMFA– da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fl. 3111/3118).

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itapiranga. Exercício de 2013.

*Irregularidade. Alcance. Prazo. Recomendação. Multa.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. A unanimidade, nos termos do voto do Relator:**

**10.1.1 Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Itapiranga, relativas ao exercício de 2013, de responsabilidade do **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei Orgânica TCE/AM c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE (Regimento Interno TCE/AM);

**10.1.2 Aplique Multa** ao **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento** no valor de **R\$ 13.152,37** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), com base no art. 54, II e III, da Lei Orgânica TCE/AM c/c o art. 308, V e VI, do Regimento Interno TCE/AM, relativa às restrições remanescentes. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;



**10.1.3 Considerar** em Alcance o **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento** no valor total de R\$ 106.699,87 (cento e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos), em função das glosas especificadas pela DICREA e *Parquet*. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

**10.1.4 Recomendar** à Prefeitura Municipal de Itapiranga:

- a) Que observe e cumpra com rigor as formalidades exigidas pela Lei nº 8666/93, Lei Complementar nº 101/00 e, ainda, a Resolução nº 06/2000 do TCE/AM, entre outras legislações aplicáveis;
- b) Que programe os procedimentos de pagamento de despesas por via bancária, nos termos do art. 65 da Lei nº 4320/64, e que as disponibilidades de caixa de grande vulto, sejam mantidas em instituições financeiras, conforme prevê o art. 43 da Lei nº 101/00 c/c §3º do art. 164 da CF/88, evitando possíveis prejuízos ao erário municipal;
- c) Que tome providências para que todos os atos de admissão de pessoal, concursado e/ou temporário, sejam informados via SAP e encaminhados para esta Corte de Contas, para análise nos termos do art. 1º, IV, da Lei Orgânica TCE/AM e art. 5º, IV do Regimento Interno;
- d) Que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, assim como maior controle sobre seu patrimônio, a fim de evitar a reincidência que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica TCE/AM.

**10.2. Por maioria de acordo com o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva:**

**10.2.1 - Aplicar Multa** ao **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, com fulcro no artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no montante de **R\$ 13.152,36**, relativo ao atraso na remessa das informações ao ACP em 12 (doze) meses de 2013;

**10.2.2 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração



da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

*Vencido o Relator Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, contrário à aplicação da multa pelo atraso no ACP.*

**11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 08 de Março de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Presidente em substituição

**JULIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral

Republicar e comunicar aos interessados, para todos os efeitos legais, de que esta Corte procedeu à alteração deste decisum, frente à necessidade da inclusão multa ao Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, com fulcro no artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no montante de R\$ 13.152,36, relativo ao atraso na remessa das informações ao ACP em 12 (doze) meses de 2013, conforme Despacho do Relator à fl. 3246.